



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 218, DE 2012

(Da Sra. Janete Rocha Pietá, do Sr. Mário Negromonte e outros)

Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, incluindo o acesso à energia entre os direitos sociais.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. O art. 6º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o acesso à energia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi realmente um marco para a construção da cidadania em nosso país, pois, a partir dela, os brasileiros passaram realmente a ter garantidos vários direitos de cidadãos, e não de meros habitantes de nosso território.

Entretanto, uma questão bastante séria continua a causar grandes desigualdades entre nós, até ao ponto de se criar uma barreira quase intransponível entre duas classes de brasileiros: os que podem gozar amplamente dos inúmeros benefícios e facilidades permitidos pela vida moderna, e os que jazem aprisionados no passado, privados de muitos desses mesmos benefícios, simplesmente porque não têm garantido o acesso a um dos insumos mais básicos para a vida digna de qualquer cidadão: a energia.

Embora pareça incrível, muitos milhares de brasileiros continuam, em pleno século XXI, sem ter fornecimento de energia elétrica em suas habitações, que, por isso mesmo, não lhes podem garantir o direito a uma moradia digna, direito que, embora inscrito nos dizeres de nossa Carta Magna, permanece, para eles, apenas no papel.

Vimos, portanto, apresentar a presente Proposta de Emenda à Constituição, a fim de inscrever entre os direitos sociais de todos os brasileiros o do

acesso à energia, a fim de terminar com essa situação de iniquidade e de instar os governantes de nosso país a encararem com seriedade essa necessidade de todos os brasileiros, fazendo com que as concessões dos serviços públicos de energia sejam, realmente, universais e acessíveis a todos os nossos concidadãos.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 2012.

Deputada **JANETE ROCHA PIETÁ**

Deputado **MÁRIO NEGROMONTE**

PT/SP

PP/BA

Proposição: PEC 0218/12

Autor da Proposição: JANETE ROCHA PIETÁ E OUTROS

Ementa: Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, incluindo o acesso à energia entre os direitos sociais.

Data de Apresentação: 13/11/2012

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas 177

Não Conferem 004

Fora do Exercício 001

Repetidas 016

Ilegíveis 000

Retiradas 000

Total 198

Assinaturas Confirmadas

1 ADEMIR CAMILO PSD MG

2 AFONSO FLORENCE PT BA

3 ALBERTO FILHO PMDB MA

4 ALESSANDRO MOLON PT RJ

5 ALEXANDRE ROSO PSB RS

6 ALEXANDRE SANTOS PMDB RJ

7 ALICE PORTUGAL PCdoB BA

8 AMAURI TEIXEIRA PT BA

9 ANDRE VARGAS PT PR

10 ANDRÉ ZACHAROW PMDB PR

11 ANÍBAL GOMES PMDB CE

12 ANTÔNIA LÚCIA PSC AC

13 ANTONIO BULHÕES PRB SP
14 ARNON BEZERRA PTB CE
15 ASDRUBAL BENTES PMDB PA
16 ASSIS CARVALHO PT PI
17 ASSIS DO COUTO PT PR
18 AUGUSTO COUTINHO DEM PE
19 BENEDITA DA SILVA PT RJ
20 BIFFI PT MS
21 BOHN GASS PT RS
22 CARLINHOS ALMEIDA PT SP
23 CARLOS SOUZA PSD AM
24 CARMEN ZANOTTO PPS SC
25 CELIA ROCHA PTB AL
26 CELSO MALDANER PMDB SC
27 CHICO LOPES PCdoB CE
28 CLÁUDIO PUTY PT PA
29 CLEBER VERDE PRB MA
30 COSTA FERREIRA PSC MA
31 DALVA FIGUEIREDO PT AP
32 DAMIÃO FELICIANO PDT PB
33 DANIEL ALMEIDA PCdoB BA
34 DANILO FORTE PMDB CE
35 DÉCIO LIMA PT SC
36 DR. PAULO CÉSAR PSD RJ
37 EDSON PIMENTA PSD BA
38 EDSON SANTOS PT RJ
39 ELEUSES PAIVA PSD SP
40 ELI CORREA FILHO DEM SP
41 ERIKA KOKAY PT DF
42 ERIVELTON SANTANA PSC BA
43 EUDES XAVIER PT CE
44 FABIO TRAD PMDB MS
45 FÁTIMA BEZERRA PT RN
46 FÁTIMA PELAES PMDB AP
47 FELIPE BORNIER PSD RJ
48 FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR PDT BA
49 FERNANDO FERRO PT PE
50 FERNANDO MARRONI PT RS
51 FLÁVIA MORAIS PDT GO
52 FRANCISCO FLORIANO PR RJ
53 FRANCISCO PRACIANO PT AM
54 GABRIEL GUIMARÃES PT MG
55 GEORGE HILTON PRB MG
56 GERALDO SIMÕES PT BA
57 GIVALDO CARIMBÃO PSB AL
58 GLADSON CAMELI PP AC

59 GLAUBER BRAGA PSB RJ
60 GUILHERME MUSSI PSD SP
61 HELENO SILVA PRB SE
62 HENRIQUE OLIVEIRA PR AM
63 IRINY LOPES PT ES
64 IVAN VALENTE PSOL SP
65 IZALCI PSDB DF
66 JANETE ROCHA PIETÁ PT SP
67 JÂNIO NATAL PRP BA
68 JAQUELINE RORIZ PMN DF
69 JEFFERSON CAMPOS PSD SP
70 JERÔNIMO GOERGEN PP RS
71 JESUS RODRIGUES PT PI
72 JOÃO CARLOS BACELAR PR BA
73 JOÃO LEÃO PP BA
74 JOÃO PAULO CUNHA PT SP
75 JOÃO PAULO LIMA PT PE
76 JONAS DONIZETTE PSB SP
77 JOSÉ DE FILIPPI PT SP
78 JOSÉ GUIMARÃES PT CE
79 JOSÉ MENTOR PT SP
80 JOSÉ OTÁVIO GERMANO PP RS
81 JOSE STÉDILE PSB RS
82 JUNJI ABE PSD SP
83 LEONARDO MONTEIRO PT MG
84 LEONARDO PICCIANI PMDB RJ
85 LEONARDO QUINTÃO PMDB MG
86 LILIAM SÁ PSD RJ
87 LOURIVAL MENDES PTdoB MA
88 LUIS TIBÉ PTdoB MG
89 LUIZ ALBERTO PT BA
90 LUIZ COUTO PT PB
91 LUIZ FERNANDO FARIA PP MG
92 LUIZ FERNANDO MACHADO PSDB SP
93 LUIZ NOÉ PSB RS
94 LUIZ SÉRGIO PT RJ
95 MANATO PDT ES
96 MANOEL SALVIANO PSD CE
97 MANUELA D'ÁVILA PCdoB RS
98 MARCELO AGUIAR PSD SP
99 MARCELO CASTRO PMDB PI
100 MÁRCIO MACÊDO PT SE
101 MARCON PT RS
102 MARCOS MONTES PSD MG
103 MÁRIO NEGROMONTE PP BA
104 MAURÍCIO TRINDADE PR BA

105 MAURO NAZIF PSB RO
106 MENDONÇA FILHO DEM PE
107 MIGUEL CORRÊA PT MG
108 MILTON MONTI PR SP
109 MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO PP SP
110 NAZARENO FONTELES PT PI
111 NELSON BORNIER PMDB RJ
112 NELSON MARQUEZELLI PTB SP
113 NELSON MEURER PP PR
114 NEWTON CARDOSO PMDB MG
115 NEWTON LIMA PT SP
116 NILDA GONDIM PMDB PB
117 NILTON CAPIXABA PTB RO
118 ONOFRE SANTO AGOSTINI PSD SC
119 OSMAR JÚNIOR PCdoB PI
120 OSMAR SERRAGLIO PMDB PR
121 OSMAR TERRA PMDB RS
122 OTONIEL LIMA PRB SP
123 PADRE JOÃO PT MG
124 PADRE TON PT RO
125 PAULO FERREIRA PT RS
126 PAULO MAGALHÃES PSD BA
127 PAULO MALUF PP SP
128 PAULO PIMENTA PT RS
129 PAULO TEIXEIRA PT SP
130 PAULO WAGNER PV RN
131 PEDRO CHAVES PMDB GO
132 PEDRO NOVAIS PMDB MA
133 PENNA PV SP
134 PERPÉTUA ALMEIDA PCdoB AC
135 POLICARPO PT DF
136 PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA PSC PR
137 RAIMUNDÃO PMDB CE
138 RAIMUNDO GOMES DE MATOS PSDB CE
139 RAUL HENRY PMDB PE
140 REGUFFE PDT DF
141 RENATO MOLLING PP RS
142 RIBAMAR ALVES PSB MA
143 RICARDO BERZOINI PT SP
144 ROBERTO DE LUCENA PV SP
145 ROBERTO SANTIAGO PSD SP
146 RODRIGO BETHLEM PMDB RJ
147 ROMERO RODRIGUES PSDB PB
148 RONALDO NOGUEIRA PTB RS
149 ROSANE FERREIRA PV PR
150 RUBENS OTONI PT GO

151 SALVADOR ZIMBALDI PDT SP
152 SANDES JÚNIOR PP GO
153 SANDRO MABEL PMDB GO
154 SARAIVA FELIPE PMDB MG
155 SEBASTIÃO BALA ROCHA PDT AP
156 SÉRGIO BRITO PSD BA
157 SÉRGIO MORAES PTB RS
158 SEVERINO NINHO PSB PE
159 SIBÁ MACHADO PT AC
160 SILAS CÂMARA PSD AM
161 STEPAN NERCESSIAN PPS RJ
162 TIRIRICA PR SP
163 VALADARES FILHO PSB SE
164 VALDIVINO DE OLIVEIRA PSDB GO
165 VANDERLEI SIRAQUE PT SP
166 VAZ DE LIMA PSDB SP
167 VICENTE CANDIDO PT SP
168 VICENTINHO PT SP
169 VILSON COVATTI PP RS
170 VITOR PENIDO DEM MG
171 WALDIR MARANHÃO PP MA
172 WANDENKOLK GONÇALVES PSDB PA
173 WELITON PRADO PT MG
174 ZÉ GERALDO PT PA
175 ZECA DIRCEU PT PR
176 ZEQUINHA MARINHO PSC PA
177 ZOINHO PR RJ

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....

**TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

.....

**CAPÍTULO II
DOS DIREITOS SOCIAIS**

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. [*\(Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000\)*](#) e [*\(Artigo com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010\)*](#)

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; [*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)*](#)

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV - aposentadoria;

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\)](#)

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 2000\)](#)

a) [\(Alínea revogada pela Emenda Constitucional nº 28, de 2000\)](#)

b) [\(Alínea revogada pela Emenda Constitucional nº 28, de 2000\)](#)

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)](#)

XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.

.....

FIM DO DOCUMENTO
